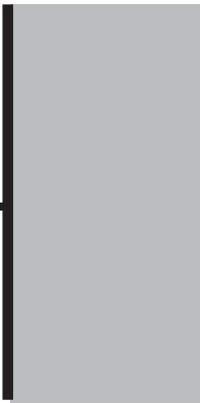


Área de Transportes e Obras Públicas



ÍNDICE

PREFÁCIO	401
BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA EM 2017	403
1. Planeamento Urbanístico	403
1.1. Novos Aterros.....	403
1.2. Quarta Ligação Macau-Taipa.....	403
1.3. Renovação Urbana	403
1.4. Gestão de Solos.....	404
1.5. Rede de Informação Cadastral.....	404
1.6. Águas Territoriais.....	405
2. Infra-Estruturas.....	405
2.1. Novos Aterros e Ilha Artificial.....	405
2.2. Metro Ligeiro	406
2.3. Habitação Pública.....	406
2.4. Novo Acesso entre Guangdong e Macau – Novo Posto Fronteiriço.....	407
2.5. Comporta do Porto Interior	408
2.6. Terminais Marítimos	408
2.7. Túnel de Ká Hó.....	408
2.8. Hospital das Ilhas.....	408
2.9. Novo Estabelecimento Prisional.....	409
2.10. Edifício de Doenças Infecto-Contagiosas	409
2.11. Centro de Formação e Estágio de Atletas.....	409
2.12. Fornecimento de Electricidade.....	409
2.13. Abastecimento de Água	410
2.14. Serviços Postais e Telecomunicações	410
2.15. Fornecimento de Gás Natural.....	411
3. Transportes.....	411
3.1. Serviço de Autocarros.....	411

3.2.	Serviço de Táxis.....	412
3.3.	Estacionamento	412
3.4.	Obras nas Vias Públicas.....	412
3.5.	Redes Pedonais	413
3.6.	Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa	413
3.7.	Aviação.....	413
4.	Habitação	414
4.1.	Planeamento da Habitação Pública.....	414
4.2.	Atribuição e Gestão da Habitação Pública.....	414
4.3.	Fundo de Reparação Predial.....	415
4.4.	Aperfeiçoamento do Regime Jurídico	415
5.	Protecção Ambiental	416
5.1.	Resposta a Fenómenos Meteorológicos Extremos.....	416
5.2.	Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020).....	416
5.3.	Gestão de Resíduos Sólidos	416
5.4.	Águas Residuais	417
5.5.	Veículos Abatidos e Materiais Inertes Resultantes de Demolições e Construções.....	417
5.6.	Melhoria da Qualidade do Ar.....	418
5.7.	Avaliação de Impacto Ambiental	418
5.8.	Resíduos Electrónicos	419
5.9.	Resíduos Alimentares.....	419
6.	Modernização e Simplificação Administrativa.....	419
LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2018.....		421
1.	Planeamento Urbanístico.....	421
1.1.	Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM.....	421
1.2.	Novos Aterros.....	421
1.3.	Quarta Ligação Macau-Taipa.....	421
1.4.	Renovação Urbana	421

1.5. Gestão de Solos.....	422
1.6. Rede de Informação Cadastral.....	422
1.7. Águas Territoriais.....	422
2. Infra-Estruturas.....	423
2.1. Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM.....	423
2.2. Novos Aterros e Ilha Artificial.....	423
2.3. Metro Ligeiro.....	423
2.4. Habitação Pública.....	424
2.5. Novo Acesso entre Guangdong e Macau – Novo Posto Fronteiriço.....	424
2.6. Comporta do Porto Interior.....	424
2.7. Terminais Marítimos.....	425
2.8. Túnel de Ká Hó.....	425
2.9. Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas.....	425
2.10. Novo Estabelecimento Prisional.....	425
2.11. Edifício das Doenças Infecto-Contagiosas.....	425
2.12. Centro de Formação e Estágio de Atletas.....	426
2.13. Fornecimento de Electricidade.....	426
2.14. Abastecimento de Água.....	426
2.15. Serviços Postais e Telecomunicações.....	427
2.16. Fornecimento de Gás Natural.....	427
3. Transportes.....	428
3.1. Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM.....	428
3.2. Serviço de Autocarros.....	428
3.3. Serviço de Táxis.....	428
3.4. Estacionamento.....	429
3.5. Obras nas Vias Públicas.....	429
3.6. Redes Pedonais.....	429
3.7. Aviação.....	429

4.	Habitação	430
4.1.	Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM.....	430
4.2.	Planeamento da Habitação Pública.....	430
4.3.	Atribuição e Gestão da Habitação Pública.....	430
4.4.	Administração de Edifícios.....	431
4.5.	Aperfeiçoamento do Regime Jurídico	431
5.	Protecção Ambiental	432
5.1.	Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM.....	432
5.2.	Gestão de Resíduos Sólidos	433
5.3.	Águas Residuais	433
5.4.	Resíduos Electrónicos.....	433
5.5.	Resíduos Alimentares.....	433
5.6.	Melhoria da Qualidade do Ar.....	434
5.7.	Resposta a Fenómenos Meteorológicos Extremos.....	434
6.	Modernização e Simplificação Administrativa.....	435
	CONCLUSÃO	436

PREFÁCIO

A acção governativa na tutela dos Transportes e Obras Públicas tem seguido um caminho claro desde a tomada de posse deste Governo e que implicou, naturalmente, o estabelecimento de prioridades, dada a complexidade inerente ao planeamento e gestão de um espaço urbano tão particular como o nosso.

Garantir o bem-estar da população e qualificar, simultaneamente, a área urbana da nossa Região têm sido as nossas grandes metas. E são elas que têm guiado as nossas acções, com base agora nas orientações traçadas no primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau, tendo em consideração o nosso posicionamento estratégico como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Ao longo de 2017, a intervenção nesta tutela continuou focada nas áreas que mais afectam a vida da população.

No âmbito da mobilidade, que compreensivelmente merece especial atenção da população, foi dada continuidade à implementação de medidas que visam, por um lado, incentivar uma utilização mais racional dos veículos privados e, por outro, favorecer o transporte público, mesmo cientes de que subsistirão questões incontornáveis de congestionamento associadas à escassez do espaço urbano e ao crescimento natural da cidade.

Continuámos a melhorar a rede de autocarros, entraram em operação mais táxis, foram disponibilizados mais lugares de estacionamento, as respectivas tarifas foram actualizadas, promovendo-se o pagamento electrónico das mesmas, manteve-se a aposta no desenvolvimento das redes pedonais e em acelerar as obras do Metro Ligeiro. Entrou também em funcionamento o novo Terminal de Passageiros da Taipa e foi iniciado um estudo sobre o futuro do sector da aviação local.

Ao nível da habitação, foram identificadas as necessidades futuras neste âmbito, com a conclusão de um estudo, que guiará a acção governativa daqui em diante, estarão concluídas, até ao final do ano, as obras de aterro da Zona A, onde serão construídas 28 mil fracções públicas, foram terminados os trabalhos de revisão do regime jurídico da habitação social, será concluída a selecção dos agregados familiares para a atribuição de novas fracções e aberto um novo concurso, no final do ano.

Promover uma sociedade de baixo carbono é um dos pilares da nossa acção política, pelo que foi concluído e será implementado um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos para os próximos dez anos.

Lançámos ainda o concurso público para a elaboração do Plano Director e foram iniciadas as obras da Zona de Administração de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

Certos da importância das tecnologias de informação e comunicação, do papel que desempenham e que podem desempenhar e de que a digitalização não se trata apenas de

uma tendência, mas de um factor chave de competitividade, cumpre-nos criar as condições para que possamos responder a estes desafios, pelo que foi criada a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, encarregue de prosseguir essa mesma meta. Tem sido também feita uma aposta na disponibilização de cada vez mais informações nas páginas electrónicas dos serviços desta tutela, em prol de uma maior transparência da acção governativa.

Compreendemos a pressa que, por vezes, a população sente, mas tudo tem o seu tempo próprio. Estamos cientes das expectativas e necessidades dos nossos residentes e, de olhos postos no futuro, continuaremos a assumir o compromisso de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para construir bases sólidas, tendo em vista um desenvolvimento urbano mais sustentável.

BALANÇO DA ACCÇÃO GOVERNATIVA EM 2017

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

Após a conclusão do estudo relativo às orientações estratégicas urbanísticas, a tutela dos Transportes e Obras Públicas deu início, em 2017, ao concurso público internacional para a elaboração do Plano Director de Macau.

1.1. NOVOS ATERROS

Continuar a promover o estudo de planeamento da Zona A dos Novos Aterros, cujo estudo sobre o «Plano do Desenvolvimento Articulado da Zona Leste de Macau», que inclui a Zona A, foi concluído pela DSSOPT em 2017, como previsto. Para tal efeito, foi efectuada uma análise técnica aprofundada, com base no plano conceptual, tendo-se conseguido um planeamento completo e viável e apresentado propostas sobre ajustamentos e medidas de optimização eventualmente necessárias para os projectos existentes ou em fase de planeamento.

Foram promovidos os trabalhos respeitantes ao planeamento da Zona Administrativa e Judiciária da Zona B e da Zona E1 que abrangem a definição das redes viárias, do posicionamento das infra-estruturas e da finalidade dos lotes de terreno.

1.2. QUARTA LIGAÇÃO MACAU-TAIPA

O estudo de viabilidade do empreendimento foi submetido ao Governo Central e, na sequência da resposta das autoridades nacionais, em Julho do corrente ano, revela-se necessária uma análise aprofundada das condições para a abertura das rotas marítimas, pelo que a entidade responsável pelo projecto irá apresentar propostas e a construção da quarta ligação Macau-Taipa não poderá, assim, ter início em 2017, como previsto.

1.3. RENOVAÇÃO URBANA

Foi aceite pelo Chefe do Executivo, em 2017, a proposta de criação de uma empresa de capitais públicos para promover os trabalhos de renovação urbana. Deste modo, o Conselho para a Renovação Urbana (CRU) encontra-se a proceder a um estudo mais aprofundado sobre a constituição, estrutura orgânica e forma de funcionamento dessa empresa.

O CRU entrou em pleno funcionamento e concluiu, em 2017, a discussão sobre as percentagens dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução, bem como sobre o plano de alojamento provisório, entre outros assuntos, tendo submetido as respectivas propostas ao Governo.

Foi criado o Plano Provisório de Apoio Financeiro para Inspeção das Partes Comuns de Edifícios das classes P e M, no âmbito do Fundo de Reparação Predial.

1.4. GESTÃO DE SOLOS

O Governo da RAEM, através da construção de novos aterros e da reversão de terrenos não aproveitados e ilegalmente ocupados, tem vindo a aumentar a reserva de terrenos.

Até 30 de Setembro, o ponto de situação das concessões de terrenos sujeitas à declaração de caducidade era o seguinte:

	NÚMERO DE DESPACHOS	ÁREA (M2)
Incumprimento contratual	24	92932
Impossibilidade de renovação das concessões provisórias	33	381212
Total	57	474 144

Quanto aos diplomas legais complementares da Lei de Terras, será concluída, em 2017, como previsto, a elaboração do regulamento administrativo relativo ao processo de concurso público para a concessão de terrenos, bem como do regulamento administrativo que define a composição e as competências da Comissão de Terras. Por outro lado, foi iniciada, conforme planeado, a elaboração dos regulamentos administrativos relativos ao “Método de Fixação do Montante da Taxa Anual e da Caução de Concessão de Uso Privativo” e ao “Método de Fixação do Montante da Taxa de Ocupação por Licença”.

1.5. REDE DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

As informações geográficas e cadastrais dos terrenos da RAEM são indispensáveis ao planeamento urbanístico e à gestão de solos, apoiando os trabalhos de definição das políticas, as acções governativas, o ordenamento do território, o aproveitamento dos terrenos e o desenvolvimento urbano.

Os dados da Rede de Informação Cadastral relativos aos terrenos, planeamento, registo, património cultural, entre outros, continuarão a ser actualizados. Paralelamente, foram integradas as informações relativas ao património cultural, bens imóveis classificados e respectivas informações de terrenos.

Após a clarificação por parte do Governo Central das áreas marítimas e das delimitações terrestres sob jurisdição da Região Administrativa Especial de Macau, e com a promoção do planeamento dos Novos Aterros, foram disponibilizadas informações sobre essas matérias na Rede de Informação Cadastral.

A DSCC lançou ainda mapas do sistema pedonal com circuitos e percursos indicativos, tendo criado uma página electrónica para o efeito, em prol da primazia das deslocações a pé.

Por outro lado, continua a ser promovida a aplicação da tecnologia de posicionamento por satélite em áreas especializadas e o estudo sobre a sua aplicação na vida quotidiana, prestando-se os respectivos serviços aos residentes.

1.6. ÁGUAS TERRITORIAIS

Em articulação com os trabalhos da Comissão de Coordenação da Gestão e do Desenvolvimento da Área Marítima, dirigida pelo Chefe do Executivo, referente à gestão dos 85 km² de área marítima, a tutela dos Transportes e Obras Públicas irá aperfeiçoar o hardware e software, bem como melhorar os trabalhos de gestão marítima, nomeadamente aumentando o número do pessoal dos serviços de assuntos marítimos e reforçando a formação profissional na área de salvamento marítimo e de gestão de tráfego marítimo. Por outro lado, serão estreitados os laços com os serviços marítimos das regiões vizinhas, no sentido de incrementar a qualidade da gestão marítima.

A par disso, prevê-se que o “Estudo relativo à Escolha do Local para Deposição do Material Dragado nas Águas na Área de Jurisdição da RAEM” seja concluído antes do final do ano.

2. INFRA-ESTRUTURAS

Em 2017, a tutela dos Transportes e Obras Públicas continua a promover e a acelerar diversas obras públicas e a construção de infra-estruturas. Por outro lado, procura-se concluir, até ao final do ano, a revisão da proposta de Deontologia Profissional e Regime Disciplinar de Arquitectos, Engenheiros e Urbanistas.

2.1. NOVOS ATERROS E ILHA ARTIFICIAL

O fornecimento de areia para as obras da Zona A foi sucessivamente retomado entre Dezembro de 2016 e Junho de 2017. O aterro da Zona A será concluído em 2017, como previsto no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM.

Foram iniciados os trabalhos de elaboração do projecto do aterro da Zona C e de obtenção de propostas para o projecto do dique da Zona D. Quanto às obras de aterro da Zona E1, estas foram concluídas no terceiro trimestre, como previsto.

Relativamente à empreitada da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, foram iniciadas, como previsto, as obras das superestruturas e das restantes infra-estruturas da Zona de Administração no Posto Fronteiriço de Macau, procurando-se que as mesmas sejam concluídas, em simultâneo, com a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

2.2. METRO LIGEIRO

O Governo da RAEM continua a promover os trabalhos para a criação da empresa de capitais públicos que sucederá ao Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes (GIT). Deste modo, em articulação com a entrada em funcionamento, em 2019, da linha da Taipa do Metro Ligeiro, o GIT tem vindo a promover os trabalhos preparatórios para a sua exploração, que abrangem, para além da criação da empresa, a conclusão da consulta pública sobre a proposta de Lei do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro, que serve de referência à elaboração do respectivo diploma.

Linha da Taipa

Com a conclusão das obras de construção civil do viaduto ao longo do traçado e das 11 estações da Linha da Taipa, o Governo da RAEM deu início aos trabalhos de montagem dos sistemas e equipamentos, nomeadamente a construção da base de circulação na superfície do viaduto, a instalação dos sistemas de guiamento, de fornecimento de energia eléctrica, de sinalização, entre outros, sendo que as primeiras carruagens chegarão a Macau ainda este ano.

Por outro lado, a construção da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro entrou numa fase de plena execução, prevendo-se que a estrutura principal seja basicamente concluída no final do ano, de forma a iniciar-se seguidamente a instalação dos sistemas e equipamentos dos comboios.

Ligação Taipa-Macau

Foi concluída, em 2017, como previsto, a alteração do projecto da Estação da Barra, prevendo-se o início das obras da parede de contenção ainda no corrente ano.

Em simultâneo, foram promovidas as obras da estrutura principal do Centro Intermodal de Transportes da Barra, tendo sido iniciadas em 2017, como previsto, as obras da estrutura principal das caves.

Linha de Seac Pai Van

Foi iniciada em 2017, como previsto, a elaboração do projecto da Linha de Seac Pai Van.

2.3. HABITAÇÃO PÚBLICA

Foram concluídas, em meados de 2017, como previsto, as obras do Edifício do Bairro da Ilha Verde, do Edifício Cheng Tou, do Edifício Fai Ieng e ainda do Edifício Iat Fai, na Taipa, que disponibilizam, no total, 3458 fracções de habitação económica.

No entanto, devido à ocorrência de tufões durante o mês de Agosto, parte das instalações sofreram danificações, carecendo de obras de reparação, pelo que o prazo de entrega foi afectado.

Em 2017, foram concluídos quatro projectos de habitação económica, designadamente:

NOME DO EDIFÍCIO	T1	T2	T3	NÚMERO TOTAL DE FRACÇÕES
Bairro da Ilha Verde	345	1577	434	2 356
Cheng Tou	0	378	0	378
Fai leng	0	336	100	436
Iat Fai	0	288	0	288
Número total de fracções	345	2 579	534	3 458

Foram ainda concluídas, em 2017, como previsto, as obras do edifício de equipamentos sociais no Lote CN6b de Seac Pai Van, tendo sido iniciado o processo de entrega do parque de estacionamento, do centro de saúde e de idosos, entre outros, que estão integrados no edifício com dez pisos.

Foi lançado em 2017, como previsto, o novo concurso público para a habitação social da Tamagnini Barbosa, cujo processo de adjudicação foi concluído. Quanto à 2.^a fase da habitação social e do pavilhão desportivo de Mong-Há, as obras foram retomadas em 2017, como previsto.

Quanto aos projectos de habitação pública em curso, foi elaborada a PCU da primeira fase da habitação pública para a Zona A dos Novos Aterros que abrange a construção de cerca de 7000 fracções, contudo, em cumprimento das deliberações tomadas na 41.^a Reunião do Comité do Património Mundial da UNESCO sobre a salvaguarda do património do Centro Histórico de Macau, a calendarização do respectivo projecto será, de certa forma, afectada. Simultaneamente foi iniciado o estudo de viabilidade do projecto de habitação pública para a Avenida Wai Long, o qual envolve matérias como impacto ambiental, trânsito, circulação do ar, entre outras avaliações, iniciando-se posteriormente a elaboração do projecto. Relativamente ao terreno na Avenida de Venceslau de Moraes, foi iniciada a elaboração dos projectos.

2.4. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU – NOVO POSTO FRONTEIRIÇO

Quanto à primeira fase da construção do novo acesso fronteiriço Guangdong-Macau, o novo mercado abastecedor foi entregue à entidade utilizadora em 2017, pelo que os

trabalhos de demolição do antigo mercado avançarão ainda este ano. O projecto do novo acesso Guangdong-Macau será continuamente promovido através da cooperação Guangdong-Macau.

2.5. COMPORTA DO PORTO INTERIOR

Após a conclusão do “Estudo de Viabilidade da Comporta do Porto Interior” e do “Estudo do Plano Geral de Protecção contra Inundações (marés) e de Drenagem na Zona Marginal do Porto Interior de Macau”, foram submetidos, em Março de 2017, ao Governo Central os respectivos conteúdos e obtida a resposta por parte das autoridades nacionais. Por conseguinte, será dado início à prospecção geotécnica e estudo específico. O Governo da RAEM irá manter a comunicação com os serviços competentes do Interior da China, promovendo o projecto em causa através da cooperação regional.

Com o intuito de aliviar o problema das inundações do Porto Interior, foram iniciados os trabalhos de concepção da obra de aperfeiçoamento para prevenção e escoamentos, a título provisório, de inundações no Porto Interior, prevendo-se a sua conclusão antes do final do ano.

2.6. TERMINAIS MARÍTIMOS

O início das obras de demolição do terminal marítimo provisório ocorreu no seguimento da entrada em funcionamento do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa.

2.7. TÚNEL DE KÁ HÓ

Uma vez resolvido o problema relativo ao transporte de explosivos, a obra do túnel de Ká Hó foi retomada em 2017, como previsto.

2.8. HOSPITAL DAS ILHAS

A empreitada do Hospital das Ilhas é dividida em duas fases, sendo que a primeira abrange a construção de seis edifícios, nomeadamente o Instituto de Enfermagem, Edifício Residencial para Trabalhadores, Hospital Geral, Edifício de Apoio Logístico e Túnel de Serviço e Edifício do Laboratório Central, enquanto a segunda inclui apenas a construção do Hospital de Reabilitação, em relação ao qual não há ainda qualquer projecto.

As obras de fundações da primeira fase dos seis edifícios encontram-se concluídas.

As obras da superestrutura do Instituto de Enfermagem já foram iniciadas, todavia, as obras do Edifício Residencial para Trabalhadores serão adiadas e a respectiva adjudicação só será iniciada após a transferência da oficina de reparação e manutenção dos helicópteros, devido à questão do limite de altitude de voo.

Uma vez recebidos e aprovados os projectos das superestruturas dos restantes quatro edifícios, nomeadamente do Hospital Geral, do Edifício de Apoio Logístico e Túnel de Serviço e do Edifício do Laboratório Central, a tutela dos Transportes e Obras Públicas dará início ao processo de adjudicação das obras com a maior brevidade possível.

2.9. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

As obras da segunda fase do novo estabelecimento prisional foram continuamente promovidas.

2.10. EDIFÍCIO DE DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

Foi iniciada, em 2017, como previsto, a segunda fase das obras de demolição das edificações existentes no terreno para a construção do Edifício de Doenças Infecto-contagiosas.

2.11. CENTRO DE FORMAÇÃO E ESTÁGIO DE ATLETAS

As obras de fundações estarão basicamente concluídas no final do ano. Com a conclusão dos trabalhos de adjudicação, as obras da superestrutura serão iniciadas antes do final de 2017.

2.12. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

No âmbito da criação de instalações de fornecimento de electricidade nos bairros antigos, até 2017, foram sucessivamente construídos 5 postos de transformação em espaços abertos que se encontram em funcionamento. Quanto aos 4 locais escolhidos para a criação de postos de transformação junto de pontos de recolha de resíduos, as obras serão iniciadas, logo após a conclusão dos projectos.

Em 2017, foram promovidos os trabalhos de construção da terceira interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, que contribuirá para a optimização da ligação entre as redes eléctricas de Guangdong e Macau, assegurando um fornecimento de electricidade seguro e estável a longo prazo.

Relativamente à optimização da rede eléctrica local, será basicamente concluída até ao final de 2017, como previsto, a construção das subestações de 110 kV no Centro Hospitalar Conde de São Januário e na Zona de Administração no Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, tendo também sido iniciadas as obras de engenharia civil da subestação do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas.

Tendo em conta a demolição da Central Térmica de Macau e o facto de algumas unidades de geradores mais antigos da Central Térmica de Coloane terem deixado de funcionar, procedeu-se, em 2017, ao estudo sobre a criação de geradores a gás natural na Central Térmica de Coloane, com vista a complementar a geração de energia eléctrica de Macau e a incrementar o recurso a fontes de energia limpa.

Por outro lado, o Governo da RAEM está a rever a questão relativa ao fornecimento de electricidade de Macau, que abrange uma análise, em conjunto com o Interior da China, sobre a solução para a reserva de energia em situações críticas, o aperfeiçoamento dos geradores de reserva nas principais infra-estruturas de Macau, bem como o aumento adequado do volume de geração de electricidade a nível local.

Foi solicitada à CEM pelo GDSE uma nova análise, ainda este ano, sobre a localização das instalações de fornecimento de energia e as medidas de prevenção contra inundações.

2.13. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A 4.^a conduta de abastecimento de água a Macau é um projecto promovido, em conjunto, pela Província de Guangdong e Macau, prevendo-se que o segmento no Interior da China seja concluído em 2017, tendo sido iniciadas as obras do segmento de Macau.

Por outro lado, a obra que garante o abastecimento de água bruta nas estações de PingGang – Guang Chang será iniciada ainda este ano.

A construção da estação de tratamento de água de Seac Pai Van foi lançada em 2017.

2.14. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

Entrou em funcionamento no corrente ano, como previsto, a Estação Postal do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. Entretanto, os trabalhos preparatórios para a abertura da Estação Postal do Fai Chi Kei estão já em curso. Esta nova estação vai incluir o serviço de Cacifo Electrónico para uma maior conveniência da população e turistas na utilização de serviços postais.

Não foram concluídos, em 2017, como previsto, os trabalhos de elaboração da proposta de diploma legal relativa ao licenciamento do Triple Play, também designado por convergência, devido à necessidade de um aprofundamento do projecto inicial, após uma nova análise ao ambiente actual do mercado de telecomunicações. Presentemente, o quadro da proposta do “Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações” já se encontra confirmado, estando em curso os trabalhos de elaboração da proposta de lei.

A Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações (CTT) fez vigorar medidas de supervisão e aperfeiçoamento do serviço “WiFi GO”, incluindo a definição de critérios de selecção dos locais para a instalação dos pontos de acesso, bem como a criação de mecanismos de supervisão quanto à actualização dos equipamentos e à melhoria do

serviço. Além disso, encontra-se em estudo a viabilidade da introdução de outros planos técnicos, por forma a reduzir os custos do serviço e, em paralelo, estabelecer um novo posicionamento do “WiFi GO”, revendo-se as normas de gestão relativamente à instalação dos pontos de acesso de Wi-Fi nos espaços exteriores, com o intuito de encorajar mais entidades a prestarem o serviço de acesso à Internet via Wi-Fi.

Os CTT solicitaram às operadoras o aumento da capacidade das infra-estruturas de telecomunicações na resposta a condições atmosféricas adversas, bem como a revisão e melhoramento das medidas a curto prazo, nomeadamente dos mecanismos de divulgação de informações, de modo a reforçar, com a maior brevidade possível, as instalações de rede e a sua gestão, e a aumentar as capacidades de contingência e comunicação.

2.15. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

Em 2017, foi basicamente concluída a construção da rede de gasodutos principais de gás natural na Taipa e Coloane, que será gradualmente estendida à Península de Macau, em articulação com o plano de fornecimento de gás natural nos Novos Aterros e na Península de Macau.

Quanto ao plano de expansão da frota de autocarros movidos a gás natural, aguarda-se a aprovação da concessão do terreno para a estação.

Uma vez que foram concluídos os procedimentos legais e formalidades relacionadas com a reestruturação de quotas da concessionária de importação e transporte de gás natural, o problema da importação de gás natural foi resolvido, tendo sido retomado o fornecimento em Março de 2017.

3. TRANSPORTES

No âmbito da Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), continua a ser promovido o controlo do número de veículos. Em Setembro do corrente ano, o número total de veículos motorizados foi reduzido para cerca de 242 mil, o que equivale uma diminuição de cerca de 3%, face aos 250 mil veículos registados no início do ano.

3.1. SERVIÇO DE AUTOCARROS

O Governo da RAEM renovou um contrato de curta duração com uma das companhias de autocarros, uniformizando a data do termo dos contratos com as três companhias de autocarros.

Com base no princípio de incrementar a qualidade do serviço, a tutela dos Transportes e Obras Públicas tem estado empenhada no aperfeiçoamento do regime de exploração dos

serviços de autocarros, adoptando medidas para o efeito, nomeadamente o reordenamento, fusão e extensão de carreiras, bem como o ajustamento das paragens e optimização das estações de correspondência, em articulação com as mudanças e desenvolvimento social, de forma a criar uma rede de autocarros mais aperfeiçoada.

3.2. SERVIÇO DE TÁXIS

Na sequência do concurso público para a atribuição de 250 licenças de táxis normais, realizado em 2016, os respectivos veículos já entraram em funcionamento. Por outro lado, em Abril, entraram em funcionamento, numa fase inicial, 50 táxis especiais, dos quais cinco são táxis para transporte de pessoas com mobilidade reduzida e 10 são veículos de grande porte. Os restantes 50 táxis têm vindo a entrar em funcionamento ao longo do corrente ano, ou seja, antes do prazo contratualmente previsto.

A proposta do Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis será concluída antes do final do ano.

3.3. ESTACIONAMENTO

Em 2017, procedeu-se à actualização faseada do tarifário dos lugares de estacionamento providos de parquímetro e do tempo limite de estacionamento, sendo que 85% dos parquímetros existentes em Macau foram substituídos por novos equipamentos ao longo deste ano, processo que será concluído em 2018. Foram também implementadas, em 2017, a “Tabela de Taxas e Preços da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego”, o encurtamento da periodicidade da inspecção obrigatória e novas normas relativas à emissão de gases de escape de veículos em circulação.

Com a entrada em funcionamento dos cinco parques de estacionamento públicos, designadamente os de Chun Su Mei, do Edifício Fai Ieng, do Edifício Cheng Tou, do Edifício Iat Fai e do Edifício para os Idosos e de Saúde no terreno CN6d de Seac Pai Van, serão disponibilizados mais de 600 lugares de estacionamento para automóveis e motociclos, respectivamente.

Além disso, prevê-se aumentar o número de auto-silos públicos que permitem a utilização do sistema de pagamento electrónico para 34 até ao final do ano, de forma a prestar um serviço mais conveniente, simplificando-se o processo de pagamento das tarifas de estacionamento.

3.4. OBRAS NAS VIAS PÚBLICAS

A fim de aliviar o impacto das obras na vida da população, o Grupo de Coordenação de Obras Viárias irá aprofundar o mecanismo de coordenação e aperfeiçoar o “sistema de gestão das obras viárias”. Antes da execução das obras nas principais vias, será estudado

o eventual impacto sobre as vias adjacentes, através de simulações em computador, de forma a encontrar soluções que reduzam o impacto sobre o trânsito. Por outro lado, o Grupo irá reforçar os trabalhos de divulgação das alterações de trânsito, a transparência das informações relativas às obras, bem como a aplicação de penalizações por atrasos na realização das mesmas, de forma a aumentar a fiscalização das obras nas vias públicas.

3.5. REDES PEDONAIS

O Governo da RAEM tem vindo a aperfeiçoar as redes pedonais. Após a conclusão do “Estudo de Viabilidade do Sistema Pedonal ao Redor da Colina da Guia”, deu-se início ao procedimento de adjudicação da avaliação do impacto ambiental da obra.

Relativamente à ilha da Taipa, a fim de haver uma articulação com o funcionamento do Metro Ligeiro, foram iniciados os trabalhos de aperfeiçoamento do projecto da travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães na Taipa. Para além disso, foram concluídas as obras do passeio entre o Jardim do Lago e as vivendas do Carmo, na Taipa, facilitando o acesso pedonal dos residentes.

3.6. TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS DA TAIPA

O Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa entrou em funcionamento em Junho de 2017, apresentando uma área de 200 mil m², 16 lugares de embarcações de passageiros, 3 lugares multifuncionais, 127 canais de passagem fronteiriça e 936 lugares de estacionamento para veículos. O Terminal funciona 24 horas por dia e, na fase inicial da sua exploração, estão disponíveis 8 lugares de atracação, mantendo-se inalterados os itinerários e a frequência das viagens de embarcações existentes. O Terminal dispõe de uma zona de ligação entre os meios de transporte marítimo e aéreo, facilitando a circulação entre o Terminal e o Aeroporto. No futuro, com a articulação com o Aeroporto Internacional de Macau e a estação do Metro Ligeiro, o novo Terminal Marítimo poderá assumir a função de centro intermodal das ilhas, facilitando a ligação entre Macau, Hong Kong, a Região do Delta do Rio das Pérolas e outros países.

Com a entrada em funcionamento do Terminal, a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água acompanha os trabalhos para o ordenamento do espaço físico, entretanto, as lojas e outras instalações no interior da infraestrutura serão exploradas sucessivamente.

3.7. AVIAÇÃO

Segundo o Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, novos aterros com 172 hectares serão construídos entre os dois taxiways existentes no Aeroporto que ligam a ilha artificial da pista à extensão de estacionamento, tendo a respectiva solicitação sido submetida ao Governo Central, em Fevereiro. Depois de recebidos

os pareceres dos ministérios e comissões nacionais, o Governo da RAEM pretende convidar os respectivos organismos a Macau, no quarto trimestre do corrente ano, para análise e discussão aprofundada dos pareceres apresentados.

A Autoridade de Aviação Civil encarregou uma empresa de consultadoria, para efectuar um estudo sobre o futuro do sector do transporte aéreo de Macau, de forma a analisar aprofundadamente o eventual impacto derivado da renovação ou da revogação do contrato de concessão celebrado com a Companhia de Transportes Aéreos Air Macau, S.A.R.L., prevendo-se que o estudo seja concluído no final do ano.

4. HABITAÇÃO

Visando a concretização do objectivo político “habitação para todos, bem-estar para todos”, o Governo da RAEM tem-se empenhado na construção de habitação pública.

No sentido de responder às necessidades de habitação social dos residentes, o Instituto de Habitação (IH) procedeu à abertura, no corrente ano, de um novo concurso de habitação social, promovendo a política de habitação pública do Governo da RAEM assente no princípio de que a habitação social tem um papel primordial e a habitação económica um papel secundário.

4.1. PLANEAMENTO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

De modo a garantir uma utilização racional dos recursos públicos e um planeamento adequado da construção de habitação pública, o IH está actualmente a analisar os resultados do estudo sobre a procura de habitação pública em Macau, efectuado por uma instituição académica, em Setembro do corrente ano, que servem de referência ao desenvolvimento de habitação pública de Macau a longo prazo.

Para além da construção futura de 28 000 fracções de habitação pública na Zona A dos Novos Aterros, o Governo da RAEM pretende proceder, a curto e médio prazo, à construção de projectos de habitação pública de maior envergadura no terreno situado na Avenida de Venceslau de Moraes, no qual se encontra actualmente edificada a Central Térmica da CEM, bem como nos terrenos situados na Avenida Wai Long, na Taipa.

4.2. ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

No início de 2017, o IH concluiu os trabalhos de selecção dos agregados familiares em lista de espera do concurso de habitação social de 2013 e, irá proceder, no 4.º trimestre do corrente ano, à abertura de um novo concurso de habitação social. Por outro lado, o IH tem vindo a proceder à pré-atribuição ou venda das fracções aos candidatos habilitados no concurso para aquisição de habitação económica de diferentes tipologias.

Em 2017, o IH concluiu a apreciação da titularidade de propriedade dos agregados familiares relativamente à habitação pública dos Edifícios da Alameda da Tranquilidade, do Lago On Son, Koi Nga, Ip Heng e Cheng Chong, tendo sido emitidos os termos de autorização aos agregados familiares habilitados, organizando-se, gradualmente, a celebração das escrituras públicas de compra e venda. Simultaneamente, já foi iniciada a apreciação da titularidade de propriedade dos agregados familiares do Edifício Cheng I, seguindo-se os respectivos trabalhos de celebração das escrituras públicas.

O IH tem-se empenhado nos trabalhos de fiscalização das habitações públicas, divulgando, na sua página electrónica, informações sobre a fiscalização e dados relacionados com os casos de infracção.

O Governo da RAEM atribui grande importância ao ambiente habitacional e instalações de apoio, tendo sido instaladas, em 2017, redes sem fios (wifi) gratuitas nas áreas públicas das habitações sociais. No âmbito do alargamento das instalações de serviços sociais nas habitações públicas, durante o corrente ano, foram instalados novos equipamentos sociais e instalações de apoio comercial, nos empreendimentos de habitação pública, visando a melhoria do ambiente comunitário. Por outro lado, o IH criou postos de informações nas áreas públicas da habitação social para divulgar notícias, facilitando o acesso às mesmas por parte dos arrendatários.

4.3. FUNDO DE REPARAÇÃO PREDIAL

Em 2017, no âmbito do Fundo de Reparação Predial, o Governo da RAEM criou o Plano Provisório de Apoio Financeiro para Inspeção das Partes Comuns de Edifícios das Classes P e M, que visa melhorar o apoio técnico na inspeção dos edifícios baixos. Simultaneamente, através de vários planos financeiros do Fundo, o Governo continua a promover a criação de comissões administrativas e a realização de inspeções, reparações e manutenção dos edifícios habitacionais, comerciais e industriais e, através da sua página electrónica, divulga os números de pedidos aprovados e dos montantes atribuídos referentes a cada um dos planos do Fundo.

4.4. APERFEIÇOAMENTO DO REGIME JURÍDICO

O IH está a acompanhar o trabalho de revisão do Regime Jurídico da Habitação Social, com os serviços da área da Justiça, procurando-se que a proposta de lei seja concluída no corrente ano. Simultaneamente iniciaram-se os trabalhos de revisão da Lei da Habitação Económica, sob o princípio da atribuição dos recursos de habitação pública de forma justa e razoável, tendo sido submetida a respectiva proposta de revisão do diploma.

Por outro lado, a proposta de Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios foi aprovada pela Assembleia Legislativa, entrando em vigor um ano após a sua publicação.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas, continuaram a ser reforçados, em 2017, os trabalhos no âmbito da gestão de resíduos e melhoria da qualidade do ar, tendo sido envidados esforços com diferentes quadrantes sociais para melhor promover a protecção ambiental e a redução de resíduos, continuando a ser alargada a rede de recolha, para maior conveniência dos residentes. Simultaneamente, foram definidas e implementadas várias políticas e medidas para a melhoria da qualidade do ar, tendo em vista a qualidade ambiental e a salvaguarda da saúde da população. Por outro lado, serão melhorados os trabalhos relativos à divulgação de alertas e de outras informações meteorológicas, em resposta a situações de risco extremo.

5.1. RESPOSTA A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS

Nos últimos anos, diversos países e regiões foram afectados por fenómenos meteorológicos extremos, sofrendo danos catastróficos a diferentes níveis e Macau não é excepção. Com o intuito de dar a conhecer ao público o ponto de situação o mais rapidamente possível para que possa adoptar medidas preventivas atempadas, foi reforçado o sistema de alertas meteorológicos, isto é, sempre que Macau esteja sob a influência de uma tempestade tropical, a DSMG divulgará informações sobre a possibilidade e o horário para a elevação do sinal de tufão e aumentará a frequência da divulgação de informações sobre a tempestade tropical e maré de tempestade.

Tendo em conta que os danos provocados pelas tempestades têm vindo a agravar-se nos últimos anos, a DSMG encontra-se a proceder ao estudo sobre uma nova classificação da intensidade das tempestades, bem como das marés de tempestade.

5.2. PLANEAMENTO DA PROTECÇÃO AMBIENTAL DE MACAU (2010-2020)

O Governo da RAEM continua a incentivar a população a adoptar comportamentos pró-ambientais, através do reforço contínuo das acções de divulgação e sensibilização.

5.3. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Em 2017, foi dada continuidade à elaboração da “Avaliação e Estudo sobre o Sistema Global de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau”, durante a qual foi concluído o “Plano de Gestão de Resíduos Sólidos para 10 Anos” e respectivo Relatório de Análise, propondo a implementação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (2017-2026) nos próximos dez anos.

Redução de Resíduos

A DSPA já levou a cabo a elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau. Paralelamente, a fim de financiar a aquisição dos equipamentos necessários ao exercício das actividades por parte do sector de recolha de resíduos, e com o objectivo de reduzir o custo e aumentar a eficácia operacional, foi elaborado, em 2017, o projecto do regulamento administrativo “Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos para o Sector de Recolha de Resíduos” e os respectivos documentos para a produção legislativa, de modo a promover a separação de resíduos sólidos e a redução de resíduos.

Os projectos dos regulamentos administrativos “Regime de Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau” e “Limitação do Uso de Sacos de Plástico”, bem como os respectivos documentos para a produção legislativa já foram elaborados em 2017, e desenvolvidos os respectivos trabalhos legislativos. Além disso, continua a ser promovida, junto dos residentes, a redução do uso de plástico, tendo em vista a futura implementação da cobrança de uma taxa sobre os sacos de plástico.

Central de Incineração

Foi concluído o estudo de viabilidade da expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau, estando a ser elaborado o respectivo projecto, a par dos documentos do concurso.

5.4. ÁGUAS RESIDUAIS

Foi dada continuidade à elaboração do “Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau” e concluído o estudo prévio do projecto de melhoramento da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau. Tem sido promovida, de forma programada, o projecto preliminar de uma nova ETAR a sul do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

5.5. VEÍCULOS ABATIDOS E MATERIAIS INERTES RESULTANTES DE DEMOLIÇÕES E CONSTRUÇÕES

Quanto ao projecto de tratamento de veículos abatidos por meio da cooperação regional, o Governo da RAEM tem mantido a comunicação e coordenação com os serviços relevantes da Província de Guangdong, com base no “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau no Âmbito da Protecção Ambiental”. Actualmente estão a ser promovidas a elaboração e a definição do programa de supervisão do respectivo mecanismo.

Quanto ao projecto relativo aos materiais inertes resultantes de demolições e construções, foi concluída, em 2017, a elaboração do plano da obra de melhoria das

características geotécnicas do Aterro para Resíduos de Materiais de Construção. O concurso público para a empreitada será oportunamente realizado.

5.6. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

A fim de cumprir as obrigações previstas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e no Protocolo de Paris, foi iniciada a elaboração de uma minuta referente a Macau para a terceira Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas e será estabelecido um mecanismo de verificação da eficácia da redução de emissões. Este mecanismo será gradualmente apresentado às grandes empresas que operam na Região.

Em 2017, as propostas de regulamento administrativo sobre os limites de emissão de poluentes atmosféricos pelos terminais de combustíveis, pela indústria farmacêutica e por outros estabelecimentos industriais, bem como os respectivos regimes de fiscalização foram elaborados e submetidos a processo legislativo. Por outro lado, foi dada continuidade aos trabalhos legislativos relativos às normas de emissão de poluentes atmosféricos provenientes da central térmica e das estações de tratamento de águas residuais e ao respectivo regime de fiscalização.

Foram implementadas, em 2017, as “Normas relativas à Gasolina Sem Chumbo e ao Gasóleo Leve para Veículos” e “Valores-limite de Emissão de Gases de Escape Poluentes dos Veículos em Circulação e Métodos de Medição”. No âmbito do “Plano de Apoio Financeiro ao Abate de Motociclos e Ciclomotores com Motor a Dois Tempos”, foram registados 5736 pedidos, que se traduziram, até 30 de Setembro, no abate de 5450 ciclomotores e motociclos, cuja maioria foi transferida para o exterior, mediante hasta pública. Por outro lado, está em curso a revisão das normas para a emissão de gases de escape por automóveis, ciclomotores e motociclos novos importados, com o intuito de melhor controlar a emissão de gases de escape dos veículos.

A DSMG deu início à recolha de dados relativos à qualidade do ar nas bermas das estradas, tendo criado uma estação temporária para a recolha de dados durante as horas de ponta, de forma a avaliar e acompanhar a situação.

Serão instalados, até ao final do ano, equipamentos de carregamento eléctrico para veículos ligeiros em cerca de 50 lugares de estacionamento nos parques públicos. Continuarão a ser analisados os critérios para a instalação de equipamentos de carregamento nos edifícios recém-construídos. Por outro lado, foi iniciada a substituição de luzes de rua tradicionais por luzes LED, para que, no final do ano, representem 10% da iluminação de rua.

5.7. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

Com base nas opiniões dos diferentes sectores sobre a revisão da Lista de Tipos de Projectos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental e analisando a implementação desta

lista a título experimental nos últimos anos, procedeu-se, em 2017, à sua actualização e revisão. Nesta revisão foram actualizados e esclarecidos alguns requisitos específicos para os projectos.

5.8. RESÍDUOS ELECTRÓNICOS

A DSPA continua a promover a recolha de pilhas e baterias usadas, tendo sido aumentados os respectivos pontos de recolha para mais de 500. Simultaneamente, foi ainda introduzido, em 2017, o “Plano de Recolha de Computadores e de Equipamentos de Comunicações de Macau”, para melhor promover a recolha e o tratamento inócuo de resíduos electrónicos.

5.9. RESÍDUOS ALIMENTARES

Em 2017, a DSPA deu continuidade ao alargamento da rede de recolha de resíduos alimentares, que abrange entidades governamentais, escolas, instituições privadas, entre outras, assim como aproveitou a máquina para o respectivo tratamento na Central de Incineração de Resíduos Sólidos para acolher e tratar mais resíduos alimentares. Por outro lado, nos novos projectos de habitação pública foi já incluída a recolha dos resíduos alimentares produzidos pelos moradores.

6. MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em 2017, a tutela dos Transportes e Obras Públicas continua a desenvolver os trabalhos de revisão das atribuições e de reajustamento dos serviços e das equipas de projecto. A fusão das competências da DSRT e da DSC num serviço denominado CTT foi iniciada em 1 de Janeiro de 2017. Por outro lado, o Governo da RAEM deu início aos trabalhos de criação de uma empresa pública para substituir o GIT que irá gerir a construção do Metro Ligeiro e proceder aos trabalhos preparatórios para a sua futura exploração.

A tutela dos Transportes e Obras Públicas tem vindo também a promover a aplicação de tecnologias, tendo desenvolvido serviços electrónicos para incrementar a eficiência dos respectivos serviços e responder às necessidades da população:

- A DSSOPT lançou, através da internet, o serviço de consulta “Pedido de Documento Autenticado de Projecto de Construção”. Foi dada continuidade ao estudo sobre as questões jurídicas na aplicação dos serviços electrónicos a serem criados relativamente ao Regime de Qualificações nos Domínios da Construção Urbana e do Urbanismo.
- A DSAT disponibiliza, na sua página electrónica, a consulta de pedidos ou processos em curso.

- O IH lançou a primeira fase do serviço electrónico para pedidos de habitação pública, efectuados através do auxílio dos trabalhadores do IH, designadamente na introdução dos dados dos candidatos no sistema informático. O serviço electrónico abrange ainda os pedidos de obras de instalações apresentados pelos arrendatários de habitação social, requerimento ou declaração das licenças de mediador e agente imobiliário, bem como pedidos da licença de actividade comercial de administração de condomínios.

Os serviços da tutela dos Transportes e Obras Públicas continuarão a promover melhorias ao nível da divulgação de informações nas respectivas páginas electrónicas, para que a população possa ser devidamente esclarecida quanto às políticas nesta área:

- Foi implementada, em 2017, a transmissão directa na internet das sessões abertas ao público das reuniões do CPU, em prol de uma maior transparência;
- Em 2017, foram disponibilizadas, nas páginas electrónicas dos serviços desta tutela, todas as informações relativas à adjudicação das obras públicas com valor superior a 10 milhões de patacas e de serviços com valor superior a um milhão de patacas, mediante concursos públicos ou consultas, incluindo anúncios de concurso público, bem como resultados de abertura das propostas de concurso e de adjudicação;
- Quanto às obras públicas de maior envergadura, as informações relativas ao seu andamento foram disponibilizadas na internet pelos serviços competentes que as actualizam oportunamente;
- Os dados estatísticos relacionados com os trabalhos dos diversos serviços e com a população serão sucessivamente divulgados na internet, permitindo ao público o acompanhamento dos trabalhos do Governo.

Continua a ser promovida a racionalização de recursos e o aumento da eficácia de execução do orçamento da tutela dos Transportes e Obras Públicas.

PIDDA DO ANO 2016	ORÇAMENTO	DESPEZA REALIZADA	TAXA DE EXECUÇÃO
Projectos da tutela dos Transportes e Obras Públicas	8,57 mil milhões de patacas	7,53 mil milhões de patacas	88%
Projectos de outras áreas com apoio desta tutela	520 milhões de patacas	310 milhões de patacas	60%
Total	9,09 mil milhões de patacas	7,84 mil milhões patacas	86%

Em 2017, o número de funcionários e veículos dos serviços na tutela dos Transportes e Obras Públicas manteve-se no nível registado em 2016.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2018

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

1.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

A tutela dos Transportes e Obras Públicas irá concluir os trabalhos de adjudicação da elaboração do Plano Director de Macau em 2018, dando início aos respectivos trabalhos.

1.2. NOVOS ATERROS

Conforme o planeamento existente e em função do desenvolvimento urbano, promover-se-á o planeamento pormenorizado das Zonas A e E1 e, em articulação com as directivas do Governo em matéria de habitação pública, iniciar-se-á, de forma programada, a elaboração das plantas de condições urbanísticas dos lotes da Zona A.

1.3. QUARTA LIGAÇÃO MACAU-TAIPA

Na resposta do Governo Central relativamente ao estudo de viabilidade do empreendimento, foram solicitadas informações complementares sobre a segurança das rotas marítimas, pelo que a entidade responsável pelo projecto da quarta ligação Macau-Taipa irá prestar as mesmas para que o Governo da RAEM conclua, com a maior brevidade possível, os trabalhos, de modo a submeter uma nova proposta às autoridades nacionais, com o objectivo de dar início às obras em 2018.

1.4. RENOVAÇÃO URBANA

Procura-se criar uma empresa de capitais públicos para promover os trabalhos de renovação urbana.

Serão iniciadas as consultas públicas sobre as percentagens dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução e do plano de alojamento provisório.

Os trabalhos do CRU serão aprofundados, pelo que serão revistas as respectivas políticas fiscais e a legislação vigente, bem como serão implementadas medidas no âmbito da renovação urbana.

1.5. GESTÃO DE SOLOS

Actualmente, os terrenos que poderão fazer parte da reserva de terrenos envolvem os Novos Aterros, terrenos revertidos que estavam ilegalmente ocupados e os que estão sujeitos ao procedimento de declaração da caducidade.

A par do estudo sobre o aproveitamento dos Novos Aterros, o Governo continuará a combater os actos de ocupação ilegal de terrenos. Quanto aos terrenos cujo prazo de arrendamento ainda não terminou e que não tenham sido aproveitados dentro do prazo e no âmbito das condições contratualmente estipuladas, o Governo dará início ao procedimento de declaração da caducidade, nos termos da Lei de Terras.

No que diz respeito à legislação complementar da Lei de Terras, prevê-se que, antes do final de 2018, fiquem concluídos os projectos do regulamento do Método para Estipular as Taxas Anuais e Cauções pela Concessão de Uso Privativo e do Método de Fixação do Montante da Taxa da Ocupação por Licença.

Por outro lado, o Governo da RAEM procurará dar início ao concurso público para concessão de terrenos.

1.6. REDE DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

Em 2018, a Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro (DSCC) continuará a desenvolver os recursos e a aplicação das informações geográficas da RAEM, no sentido de aprofundar a articulação dos dados geográficos relativos ao Governo, sociedade, economia, entre outros. Por outro lado, serão sucessivamente enriquecidos os recursos de informações geográficas da RAEM, fazendo com que os mesmos possam servir como base de dados mais abrangentes e aprofundados a serem aplicados em mais e diferentes áreas.

A DSCC irá intensificar a cooperação com os serviços competentes, de forma a promover o aprofundamento e a ampla aplicação de informações integradas relativas a canalizações subterrâneas e, através da planta de canalizações subterrâneas, prestar apoio aos serviços públicos para a supervisão e gestão das canalizações subterrâneas.

1.7. ÁGUAS TERRITORIAIS

A tutela dos Transportes e Obras Públicas continuará a aprofundar a cooperação com o Interior da China, no âmbito dos assuntos marítimos, recursos hídricos e área oceânica, com vista a proceder aos trabalhos preparatórios, intensificar a ligação com as entidades das regiões vizinhas e elevar constantemente o nível de gestão das áreas marítimas. A par disso, consoante o resultado obtido no “Estudo da Escolha de Locais para Deposição do Material Dragado nas Áreas Marítimas sob Jurisdição da RAEM”, serão acompanhados os trabalhos de criação da nova zona para deposição do material dragado, com vista a aliviar o problema de saturação do local existente para o efeito.

Em 2018, a DSPA irá assumir algumas funções de outros serviços, atendendo às necessidades dos trabalhos de gestão marítima. Assim, competirá à DSPA monitorizar a qualidade das águas costeiras de Macau e realizar um estudo sobre esta matéria.

2. INFRA-ESTRUTURAS

2.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

O Governo da RAEM continuará a promover a construção das infraestruturas e, conforme o Plano Quinquenal de Desenvolvimento, as obras da quarta conduta de abastecimento de água bruta a Macau deveriam estar concluídas em 2018, porém, com o intuito de prevenir a repetição de escavações nas vias, as obras serão iniciadas em simultâneo com o Plano de Fornecimento de Energia do Hospital do Cotai, pelo que, as mesmas não poderão ser concluídas na data prevista.

2.2. NOVOS ATERROS E ILHA ARTIFICIAL

A tutela dos Transportes e Obras Públicas irá coordenar as necessidades de utilização da Zona Administrativa e Judiciária da Zona B com as entidades utilizadoras. Por outro lado, será lançado o concurso público para a construção dos aterros da Zona C e iniciado o projecto do dique da Zona D.

2.3. METRO LIGEIRO

Serão promovidos os trabalhos para a criação da empresa de exploração do Metro Ligeiro e da legislação relacionada, tendo em vista a criação de um sistema de gestão e exploração deste meio de transporte.

Linha da Taipa

Tendo em conta que as obras da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro se encontram basicamente concluídas, o GIT irá promover a instalação dos sistemas e equipamentos dos comboios na Oficina, nas estações da linha da Taipa e na superfície do viaduto e organizar os trabalhos de transporte das carruagens para Macau, de forma a proceder aos respectivos testes.

Ligação Taipa-Macau

Após a alteração do projecto da Estação da Barra, que articulará as linhas da Taipa e da Península de Macau, serão iniciadas as respectivas obras de fundação, em 2018.

Em relação ao Centro Modal de Transportes da Barra, prevê-se que construção da estrutura principal da cave seja concluída em 2018.

Linha de Seac Pai Van

Será promovido o projecto da Linha de Seac Pai Van, dando-se simultaneamente início às obras preliminares para a ligação entre a Linha de Seac Pai Van e a Linha da Taipa.

2.4. HABITAÇÃO PÚBLICA

A tutela dos Transportes e Obras Públicas procurará acelerar as obras da habitação social Tamagnini Barbosa e da habitação social de Mong Há – Fase 2, que inclui o Pavilhão Desportivo de Mong Há.

Quanto aos projectos de habitação pública em curso, serão sucessivamente elaboradas as PCU da segunda fase da habitação pública para a Zona A, que abrange cerca de 7000 fracções, e começará a ser elaborado o projecto da primeira fase, que abrange também cerca de 7000 fracções, contudo, em cumprimento das deliberações tomadas na 41.^a Reunião do Comité do Património Mundial da UNESCO sobre a salvaguarda do património do Centro Histórico de Macau, a calendarização do respectivo projecto será, de certa forma, afectada. Por outro lado, serão concluídos o estudo de viabilidade do projecto para a Avenida Wai Long e o projecto para a Avenida de Venceslau de Moraes.

2.5. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU – NOVO POSTO FRONTEIRIÇO

A empreitada do novo acesso fronteiriço Guangdong-Macau, que se integra nos projectos de cooperação Guangdong-Macau, engloba principalmente o novo posto fronteiriço (de Qingmao), o acesso transfronteiriço e o reordenamento do Canal dos Patos.

Foram entretanto iniciados os trabalhos de elaboração dos projectos do posto fronteiriço Qingmao do lado de Macau, procurando-se dar início às obras de fundações em 2018. O posto do lado de Zhuhai será iniciado após a aprovação da respectiva proposta por parte de Zhuhai.

Quanto ao reordenamento do Canal dos Patos, os trabalhos de elaboração do projecto só terão início após a homologação conjunta da proposta final pela Província de Guangdong e pela RAEM.

2.6. COMPORTA DO PORTO INTERIOR

Tendo em conta que o projecto envolve a Província de Guangdong e a RAEM, considera-se indispensável a coordenação relativa aos métodos e formas de construção vigentes,

procurando-se concluir a prospecção geotécnica e o estudo específico. O Governo da RAEM irá manter a comunicação com os serviços competentes do Interior da China, promovendo em conjunto a implementação do projecto.

Será iniciada a obra de aperfeiçoamento para prevenção e escoamentos, a título provisório, de inundações no Porto Interior.

2.7. TERMINAIS MARÍTIMOS

Serão iniciadas as obras da terceira fase do Terminal Marítimo de passageiros da Taipa, que englobam a demolição do terminal provisório, a construção do edifício para o combate a incêndios, sistema de depósito e abastecimento de combustíveis, cais de combustíveis, via de ligação entre os meios de transporte marítimo e aéreo, entre outros.

2.8. TÚNEL DE KÁ HÓ

As respectivas obras serão promovidas em 2018, bem como será aberto o concurso para o traçado da ligação norte, no lado do Cotai.

2.9. COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS

A tutela dos Transportes e Obras Públicas é responsável pela execução das obras do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, com uma área total de 77 000 m² e uma área bruta de construção de 421 000 m², e irá iniciar, o mais rapidamente possível, o respectivo concurso público, após a recepção dos projectos devidamente apreciados e aprovados.

2.10. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

As obras da segunda fase da construção do Novo Estabelecimento Prisional terão continuidade. Quando estiverem reunidas as condições necessárias, será iniciado o processo de adjudicação das obras da terceira fase.

2.11. EDIFÍCIO DAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

Será concluída, em 2018, a segunda fase da demolição das edificações existentes no terreno destinado à construção do edifício das doenças infecto-contagiosas. A tutela dos Transportes e Obras Públicas, sendo responsável pelos trabalhos de construção, irá lançar, o mais rapidamente possível, o concurso público, após a recepção dos projectos devidamente apreciados e aprovados.

2.12. CENTRO DE FORMAÇÃO E ESTÁGIO DE ATLETAS

Será promovida a construção da superestrutura.

2.13. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

Continuar-se-á a procurar, nos bairros antigos, espaços públicos adequados para a construção de novas instalações de distribuição de electricidade. Com a construção de alguns postos de transformação em espaços abertos, a título provisório, e com a inauguração e a entrada em funcionamento de novas edificações nas zonas em causa, encontram-se gradualmente melhorados os problemas relativos ao fornecimento de electricidade nos bairros antigos.

Serão revistas as instalações na zona baixa, de forma a minimizar as falhas de electricidade durante fenómenos meteorológicos extremos. Por outro lado, serão estudadas medidas a médio e longo prazo, nomeadamente a criação, em conjunto com o Interior da China, de fontes de energia separadas e o aumento do volume de geração de electricidade a nível local.

Será promovida a criação de geradores movidos a gás natural na Central Térmica de Coloane, possibilitando que o fornecimento local atinja os 50% em casos de emergência.

Quanto ao aperfeiçoamento das redes eléctricas de Macau, a construção da subestação, que irá satisfazer as necessidades do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, será concluída em 2018, como previsto.

Por outro lado, após a conclusão do trajecto e do plano de construção da terceira interligação de transmissão eléctrica entre Guangdong e Macau, iniciar-se-á a construção das subestações e a colocação dos cabos eléctricos da interligação, em 2018.

A par disso, com o intuito de sensibilizar a população para a necessidade de poupança de energia, será estudado novamente o sistema de tarifas progressivas e será revista a forma de fixação de tarifas, bem como o nível de preço de outros grupos tarifários.

2.14. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Será promovido o segmento de Macau da quarta conduta de abastecimento de água a Macau e, após a sua conclusão, este será articulado com a actual rede, em prol da segurança no abastecimento de água.

Por outro lado, em articulação com a Província de Guangdong, procurar-se-á concluir a obra que garante o abastecimento de água bruta nas estações de Ping Gang-Guang Chang, em 2018, como previsto.

Será promovida, em 2018, a construção da Estação de Tratamento de Água de Seac Pai Van, com capacidade diária produtiva de 130 mil metros cúbicos. Com a sua conclusão, será possível responder ao aumento do consumo de água nas ilhas, garantindo a segurança no abastecimento de água.

Concluiu-se a revisão do Plano de Emergência para a Segurança do Abastecimento da Água de Macau, foram melhoradas as instalações existentes e foram adquiridos novos equipamentos, para melhor responder a incidentes graves de inundações. Será estudada a construção de reservatórios de água nas zonas mais elevadas de Macau, de forma a prolongar o abastecimento de água até 12 horas em casos de emergência. De igual modo, será promovida a criação do mecanismo de acção conjunta de resposta a catástrofes regionais, através do grupo especializado para o abastecimento de água Guangdong-Macau.

A tutela dos Transportes e Obras Públicas irá ainda promover as obras de ampliação do Reservatório de Seac Pai Van e da Barragem de Ká Hó.

2.15. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

Está prevista para 2018 a abertura da Estação Postal do Fai Chi Kei.

Em linha com os trabalhos de elaboração do Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações, serão recolhidas opiniões junto do sector, procurando, deste modo, que o diploma seja concluído, em 2018.

A qualidade do serviço de Wi-Fi de Macau continuará a ser aperfeiçoada e a sua cobertura alargada. Por um lado, serão devidamente alargados os serviços “WiFi GO” e, por outro, proceder-se-á a uma nova organização dos mesmos, de forma a melhor regulamentar e gerir os pontos de acesso, em prol do aumento do seu número.

Os CTT continuarão a instar as operadoras a executar, de forma mais aprofundada, os respectivos planos, incluindo o estudo do plano de fornecimento de electricidade de standby às infra-estruturas de telecomunicações chave, o aumento da capacidade das redes de telecomunicações móveis, a transferência das salas de máquinas das zonas baixas para outros lugares no âmbito da prevenção de inundações, bem como outras medidas a médio e longo prazo, com o intuito de aumentar, por diversas formas, as capacidades de contingência, sobretudo a prevenção de catástrofes e socorro.

2.16. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

Será iniciada, conforme planeado, a construção de gasodutos na península de Macau, em coordenação com o plano de fornecimento de gás à península de Macau e às Zonas A e B dos Novos Aterros. Nesse sentido, após a confirmação de escolha de locais adequados para a construção das câmaras de válvula nas extremidades do gasoduto submarino, que ligará a Taipa e a Península de Macau, serão lançados, o mais rapidamente possível, os trabalhos de

projecto e construção do gasoduto submarino, para o alargamento da rede de fornecimento de gás à Península de Macau.

A fim de assegurar a estabilidade e o fornecimento de gás, foi determinado o terreno destinado à estação de armazenamento de emergência de gás natural liquefeito. Após a conclusão dos respectivos procedimentos para a concessão do terreno, a concessionária irá iniciar os trabalhos de construção.

Por outro lado, em articulação com o plano de expansão da frota de autocarros movidos a gás natural, uma vez determinada a localização da estação de abastecimento e concluído o respectivo procedimento da concessão de terreno, será iniciada, em 2018, a elaboração do projecto e a instalação da estação, que poderá satisfazer o abastecimento de 200 autocarros.

Em 2018, será estudada a viabilidade da ligação entre a rede de gasodutos de gás natural de Macau e a rede de Zhuhai, de modo a dispor-se de uma fonte de abastecimento para os casos de emergência, assegurando o fornecimento de gás natural a Macau, a longo prazo.

O Regulamento Técnico das Instalações de Abastecimento de Gás Canalizado em Edifício será revisto, de modo a que os edifícios que não estão equipados com sistemas centralizados de tubagens possam reunir as condições necessárias para o uso de gás natural, bem como para articular com as disposições de outros regulamentos técnicos respeitantes às redes de combustíveis. Prevê-se que esteja concluída em 2018 a respectiva proposta de revisão.

3. TRANSPORTES

3.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

Em cumprimento do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, o Governo irá promover o controlo do crescimento do número de veículos, a par do reforço contínuo da gestão dos veículos particulares, incentivando o seu uso razoável, para que a taxa de crescimento anual do número de veículos se fixe em 3,5% em 2020, correspondendo à meta estabelecida no Plano.

3.2. SERVIÇO DE AUTOCARROS

Em 2018, será tratada a questão relacionada com o termo de contrato com as três companhias de autocarros.

3.3. SERVIÇO DE TÁXIS

A DSAT irá fiscalizar, de forma contínua, as operações e a qualidade do serviço prestado pelos táxis especiais.

Por outro lado, serão lançados os concursos das licenças de 100 táxis normais e de táxis especiais.

3.4. ESTACIONAMENTO

Continuará a ser regulamentada a adjudicação dos serviços de gestão dos parques de estacionamento públicos, passando a realizar-se concursos públicos abrangendo mais do que um parque e prolongando o prazo da prestação de serviços, com o intuito de economizar os custos administrativos e aperfeiçoar a gestão dos parques. Por outro lado, será concluída a substituição de todos os parquímetros de Macau.

3.5. OBRAS NAS VIAS PÚBLICAS

O Grupo de Coordenação de Obras Viárias irá otimizar, de forma contínua, em colaboração com outros serviços públicos e as concessionárias de serviço público, o sistema de gestão de obras viárias. Será, assim, analisado, com base nos dados disponíveis, o impacto da execução das obras no trânsito das zonas envolventes, sendo definidas medidas de contingência, em conjugação com os dados do sistema de gestão de acidentes de viação do Centro de Controlo e Informação de Tráfego. Procurar-se-á reduzir o impacto causado à população durante a execução das obras viárias, através da divulgação, por várias vias, de informações sobre as obras e desvio de trânsito.

3.6. REDES PEDONAIS

Após a conclusão da avaliação do impacto ambiental referente ao “Estudo de Viabilidade do Sistema Pedonal ao Redor da Colina da Guia”, serão iniciados os trabalhos da fase posterior, de acordo com os resultados obtidos. Por outro lado, quando forem aperfeiçoados os projectos, será aberto o concurso público para a travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães, na Taipa, que fará ligação à estação de Metro Ligeiro do Estádio de Macau, melhorando-se a rede pedonal da Taipa.

3.7. AVIAÇÃO

Quanto aos trabalhos relativos ao Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, após a comunicação com os ministérios e comissões nacionais do Interior da China, o Governo da RAEM procura iniciar, em 2018, o estudo e proceder à respectiva revisão, tendo em consideração os pareceres do Governo Central.

Em simultâneo, a AACM e a CAM – Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L. (CAM) estabeleceram um mecanismo de coordenação e comunicação para diferentes fases de execução do Plano, onde a CAM elaborará uma calendarização dos trabalhos e o estudo do plano de financiamento.

A fim de reforçar a capacidade de resposta a fenómenos meteorológicos extremos, a AACM irá incumbir uma instituição de verificar os requisitos de concepção das novas instalações do aeroporto, estabelecendo os respectivos critérios para a infra-estrutura. Em simultâneo, serão revistos e aperfeiçoados os diplomas legais vigentes, de forma a aperfeiçoar os fundamentos jurídicos na resolução de incidentes emergentes.

4. HABITAÇÃO

4.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

Em cumprimento do Plano Quinquenal de Desenvolvimento, o Governo da RAEM, em colaboração com a Assembleia Legislativa, dará início, em 2018, aos trabalhos de apreciação da revisão do Regime Jurídico de Habitação Social, e empenhar-se-á nos trabalhos de revisão do regime jurídico da habitação económica, para que as políticas de habitação pública possam melhor responder à situação actual e às necessidades do futuro desenvolvimento.

4.2. PLANEAMENTO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

Com base no princípio da tomada de decisão fundamentada em critérios científicos, o Governo da RAEM, aquando da definição das políticas de habitação pública, tem em consideração as necessidades a diferentes níveis. Uma vez concluído o relatório final do estudo sobre a procura de habitação pública em Macau, o IH, com base nos resultados obtidos e na análise da influência do rápido desenvolvimento sócio-económico sobre a procura de habitação pública, empenhar-se-á na delineação de políticas, medidas e orientações relativas ao desenvolvimento de habitação pública, que servirão como alicerce para a definição de objectivos a médio e longo prazo.

4.3. ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

Em conformidade com a política de habitação pública, que assenta no princípio de que a habitação social tem um papel primordial e a habitação económica um papel secundário, o Governo da RAEM irá acelerar os trabalhos de apreciação e aprovação dos pedidos de habitação pública, apoiando as famílias com maiores necessidades na resolução do problema habitacional.

O IH irá proceder, em 2018, à atribuição antecipada ou venda de fracções de diferentes tipologias aos candidatos de habitação económica, e acompanhará os trabalhos do novo concurso para a atribuição de habitação social, aberto no 4.º trimestre de 2017, a fim de publicar a lista definitiva dos candidatos.

Em 2018, o IH irá acompanhar os trabalhos de ocupação das fracções do Edifício do Bairro da Ilha Verde, do Edifício Cheng Tou, do Edifício Fai Ieng e do Edifício Iat Fai e continuará a apreciar a situação dos agregados familiares que já adquiriram habitações económicas quanto à questão da titularidade de propriedade. Deste modo, serão emitidos os termos de autorização aos agregados familiares habilitados, de forma a organizar a posterior celebração das escrituras públicas de compra e venda. Em simultâneo, o IH irá empenhar-se nos trabalhos de fiscalização e gestão de habitação pública.

O IH irá proceder às obras de reabilitação e melhoramento do Bairro Social da Taipa e do Bairro Tamagnini Barbosa, de modo a otimizar o ambiente da habitação pública. Quanto às novas habitações públicas, serão aperfeiçoadas as instalações destinadas a pessoas com mobilidade reduzida, bem como serão reservados espaços para instalações sociais e comerciais, com o intuito de proporcionar aos residentes um melhor ambiente comunitário.

4.4. ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

O IH tem vindo a assistir os proprietários das habitações económicas na criação de comissões administrativas, de modo a que seja dado cumprimento às responsabilidades de gestão das partes comuns dos edifícios.

Com a entrada em vigor do Regime Jurídico de Administração das Partes Comuns de Condomínios, o IH irá proceder continuamente aos trabalhos de licenciamento, disponibilizando serviços electrónicos para o efeito. De igual modo, os trabalhos de fiscalização serão acompanhados, bem como serão divulgadas as informações relativas à administração de edifícios, através da internet, de forma a promover o desenvolvimento e profissionalismo do sector, em prol da melhoria da qualidade da gestão dos edifícios.

Uma vez que os documentos a submeter para o pedido e a renovação da licença da actividade de mediação imobiliária são idênticos, o Governo, com o intuito de evitar a repetição dos mesmos, pretende simplificar os respectivos trâmites e procedimentos, em 2018.

4.5. APERFEIÇOAMENTO DO REGIME JURÍDICO

O Governo da RAEM pretende submeter à apreciação da Assembleia Legislativa, em 2018, as propostas do Regime Jurídico da Habitação Social e da revisão da Lei da Habitação Económica.

Também se procurará publicar o regulamento administrativo complementar da Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios ainda em 2018.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

5.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEM

A protecção ambiental reveste-se de grande importância para um desenvolvimento sustentável. Em cumprimento do Plano Quinquenal de Desenvolvimento, a DSPA irá promover os trabalhos relativos ao concurso público para a expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau.

Em 2018, será concluído o Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau. Em conformidade com o referido Plano, será realizado o concurso público para a optimização, operação e manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau.

Por outro lado, será promovido, de forma programada, o projecto preliminar da nova ETAR a ser construída a sul do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

Em 2018, será efectuada uma avaliação intercalar da situação dos equipamentos de carregamento eléctrico para veículos ligeiros instalados em 119 lugares de estacionamento de 26 parques públicos, de forma a determinar o ritmo de expansão dos mesmos.

Com base no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau no Âmbito de Protecção Ambiental, o Governo da RAEM continuará, em colaboração com os serviços competentes da Província de Guangdong, a promover a elaboração e a definição do programa de supervisão de transferência inter-regional de veículos obsoletos, e dará início aos trabalhos de planeamento e concepção das instalações de pré-tratamento.

No âmbito do projecto relativo aos materiais inertes resultantes de demolições e construções, será realizada, em 2018, a obra de melhoria das características geotécnicas do Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, dando seguimento aos trabalhos preparatórios para o tratamento destes materiais por meio da cooperação Guangdong-Macau. Uma vez concluída a melhoria das características geotécnicas do Aterro, será iniciada, de forma programada, a construção de depressões para o depósito das cinzas volantes solidificadas.

Procurar-se-á introduzir, em 2018, o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos para o Sector de Recolha de Resíduos, com vista a favorecer o desenvolvimento saudável e sustentável do sector de recolha de resíduos. Continuarão, por outro lado, a ser promovidos os trabalhos legislativos dos regulamentos administrativos sobre o Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau e Limitação do Uso de Sacos de Plástico e será continuamente promovida a redução do uso de plástico junto dos residentes, de modo a melhor preparar a futura implementação da cobrança de uma taxa sobre os sacos de plástico e a divulgação das leis.

5.2. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Serão lançados, de forma programada, o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos para o Sector de Recolha de Resíduos e o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos de Tratamento de Resíduos Alimentares, incentivando a redução da produção de resíduos sólidos, bem como a sua reciclagem e reaproveitamento. Será concluída, em 2018, a Avaliação e Estudo sobre o Sistema Global de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau.

5.3. ÁGUAS RESIDUAIS

A DSPA dará início à elaboração do projecto de modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Coloane, continuando a proceder à investigação geológica, concepção preliminar, avaliação do impacto ambiental e documentação para o concurso público da ETAR da ilha artificial e respectivas condutas de águas residuais.

5.4. RESÍDUOS ELECTRÓNICOS

Após o processo de pré-tratamento, os resíduos electrónicos de Macau são transportados para outras regiões para serem reciclados. Tendo em conta a complexidade e diversidade de certos produtos electrónicos, revela-se necessária a criação de instalações de recolha de diferentes tipologias. Deste modo, será realizado um estudo sobre a viabilidade de construção de instalações integradas de recolha e, consoante os resultados obtidos, será posteriormente iniciada a elaboração do respectivo projecto.

Por outro lado, através do Plano de Recolha de Computadores e de Equipamentos de Comunicações de Macau e do Plano de Recolha de Pilhas e Baterias Usadas de Macau, a DSPA continuará a sensibilizar os residentes para a protecção ambiental, tendo em vista a redução de resíduos, a sua reutilização e reciclagem, bem como o alargamento da rede de recolha.

5.5. RESÍDUOS ALIMENTARES

A DSPA continuará a alargar a rede de recolha de resíduos alimentares produzidos pelos hotéis, instituições, escolas, agregados familiares e estabelecimentos de restauração. Por outro lado, será elaborado o projecto de regulamento administrativo Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos de Tratamento de Resíduos Alimentares, no sentido de incentivar as instituições com espaço disponível a instalar, por conta própria, os equipamentos para o respectivo tratamento, e será escolhida a parcela no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção para as instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares, dando início aos respectivos trabalhos de concepção.

5.6. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

Com a entrada em vigor do Acordo de Paris, os esforços mundiais para enfrentar as alterações climáticas vão entrar numa nova fase. Tendo em vista a redução das emissões de carbono, o Governo da RAEM vai incentivar as empresas a melhorar o sistema dos gases de efeito de estufa. No entanto, para cumprir as obrigações previstas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, o Governo vai concluir a minuta referente a Macau para a Terceira Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas da China.

Continuar-se-á a proceder à melhoria das normas de emissão para o controlo das fontes fixas de poluição do ar, de modo a implementar, em 2018, o regulamento administrativo sobre as normas de emissão de poluentes atmosféricos pela central térmica e pelas estações de tratamento de águas residuais e o respectivo regime de fiscalização.

O sector hoteleiro é o foco de atenção da RAEM no âmbito da meta de redução de emissões, pelo que, em 2018, o Governo irá promover uma auditoria ao sector nesta área, e estabelecerá uma directriz. Simultaneamente, será realizado um estudo sobre os métodos de monitorização dos factores de emissão.

Em relação à questão da qualidade do ar nas bermas das estradas, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos deu início a uma investigação. Para reforçar a monitorização, a DSMG vai adquirir, em 2018, mais equipamentos e seleccionará dez locais com níveis de poluição do ar relativamente elevados para aí instalar estações de vigilância que funcionem durante 24 horas, de modo a melhor avaliar a qualidade do ar nas bermas das estradas.

Por outro lado, as luzes de rua tradicionais continuarão a ser substituídas por luzes LED, impulsionando-se a poupança energética e a redução de emissões.

5.7. RESPOSTA A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas será reforçada a previsão, bem como os alertas e informações meteorológicas, de forma a melhor responder futuramente a fenómenos meteorológicos extremos. Com o intuito de alargar a área sob observação meteorológica, a DSMG irá criar mais postos meteorológicos automáticos, especialmente nas zonas que foram mais danificadas pelo tufão e naquelas com maior densidade populacional, e irá rever os aparelhos de medição do nível do mar e as respectivas zonas a instalar, criando mais postos consoante as necessidades, de forma a aperfeiçoar a rede de observação.

Por outro lado, a DSMG irá estudar a viabilidade de alteração do critério de avaliação da velocidade do vento para determinar os sinais de tufão, bem como aumentar a largura da banda de informações, exclusiva para informações meteorológicas e que se liga com a Província de Guangdong, de forma a elevar a capacidade de previsão e alerta de catástrofes

meteorológicas, e será reforçado o intercâmbio de informações meteorológicas com Hong Kong.

6. MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas continuarão a ser desenvolvidos, em 2018, os trabalhos de revisão das atribuições dos serviços e de criação de uma empresa que irá gerir os trabalhos relativos ao Metro Ligeiro e proceder à preparação da sua futura exploração.

A aplicação de tecnologias, nomeadamente dos serviços electrónicos, continuará a ser promovida, com vista a responder, de forma mais eficaz, às necessidades da população, bem como a elevar a eficácia administrativa:

- A DSSOPT irá alargar o leque de serviços electrónicos, estudando a possibilidade de se proceder, através da internet, à declaração dos dados relativos aos equipamentos de elevador, bem como à consulta do andamento dos pedidos relativos ao cadastro das redes públicas de drenagem;
- A DSCC irá introduzir os métodos de pagamento electrónico nos respectivos serviços.

Em 2018, os serviços da tutela dos Transportes e Obras Públicas continuarão a promover melhorias ao nível da divulgação de informações nas respectivas páginas electrónicas, ou seja, serão disponibilizados os dados relativos aos ajustes directos de obras públicas avaliadas em mais de dez milhões de patacas e de serviços com valor superior a um milhão de patacas.

Os dados estatísticos relacionados com os trabalhos dos diversos serviços serão periodicamente disponibilizados na internet, facilitando a sua pesquisa e o conhecimento dos mesmos por parte da população.

Continuarão a ser investidos esforços, em 2018, na racionalização de recursos, procurando-se controlar o número de veículos dos serviços e o número de lugares de estacionamento reservados em auto-silos públicos. Simultaneamente, aquando da substituição de veículos nos serviços desta tutela, continuará a ser privilegiada a aquisição de veículos ecológicos.

A tutela dos Transportes e Obras Públicas pretende manter o número de trabalhadores no nível de 2015, continuando a empenhar-se na promoção dos projectos de infra-estruturas para responder ao célere desenvolvimento de Macau. Contando com cerca de 3400 funcionários efectivos, a tutela dos Transportes e Obras Públicas continuará a proceder ao aumento da proporção do pessoal intermédio e superior, de forma a aumentar a eficácia dos trabalhos. Acreditamos que as linhas de acção governativa traçadas serão cumpridas.

CONCLUSÃO

Pensar hoje, atempadamente, o futuro. Planear para afectar eficazmente os recursos, sem desconsiderar, nesse processo, o elevado nível de incerteza intrínseco ao natural desenvolvimento da nossa Região e da sociedade global, cada vez mais acelerado.

Os planos estão traçados e em curso, perspectivando-se simultaneamente o futuro, que não pode, porém, ser perspectivado de forma isolada. Ele terá de ter em conta a integração regional, com destaque para a estreita cooperação que se tem mantido e que continuará a ser reforçada com a província vizinha de Guangdong na área dos Transportes e Obras Públicas.

Em 2018, será criada a empresa que explorará o Metro Ligeiro. Enquanto meio de transporte eficiente, fiável e ambientalmente sustentável, entendemos que o Metro Ligeiro deve assumir um papel estratégico nas soluções de mobilidade, pelo que estamos a trabalhar no sentido de abrir, pela primeira vez, uma linha ferroviária em Macau, capaz de servir as necessidades da população e dos visitantes.

Ainda ao nível da mobilidade, será abordada, no próximo ano, a questão da renovação dos contratos com as companhias de autocarros, concluiremos a substituição de todos os parquímetros por novos equipamentos e será revisto o Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis.

Quanto à habitação, será revista a Lei da Habitação Económica e procurar-se-á atribuir as fracções sociais e económicas disponíveis aos agregados familiares seleccionados, com a maior brevidade possível.

Não esquecemos a protecção ambiental, que continuará a ser outra das prioridades das Linhas de Acção Governativa para 2018. Neste campo, será terminado o Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau e a avaliação e estudo sobre o Sistema Global de Gestão de Resíduos Sólidos, de modo a reforçar a nossa capacidade de tratamento de resíduos.

Serão, também, iniciadas as obras no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, no âmbito do projecto relativo ao tratamento dos materiais inertes resultantes de demolições e construções.

Tendo em vista uma melhor adaptação às alterações climáticas e preparação para a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, será feita uma aposta, ao longo do próximo ano, no reforço dos trabalhos de previsão e alerta e ao nível da divulgação das respectivas informações, de modo a permitir à população tomar as devidas medidas preventivas.

Em prol de uma maior transparência da acção governativa, tem sido feita uma aposta na disponibilização de cada vez mais informações nas páginas electrónicas dos serviços desta tutela, pelo que, além das adjudicações de obras públicas avaliadas em mais de dez milhões

de patacas e de serviços com valor superior a um milhão de patacas, passarão, no próximo ano, a ser também disponibilizados os dados relativos aos ajustes directos.

As Linhas de Acção Governativa traçadas devem mobilizar não só o Governo, mas também a sociedade, implicando mudanças de comportamentos, por um lado, e opções políticas, por outro, que moldarão a nossa actuação futura. Continuaremos, assim, a apostar na comunicação e na sensibilização para um cada vez maior envolvimento da população.

Perante o incontornável cenário de incerteza que caracteriza o mundo em rápida mudança em que vivemos, é necessário garantir a flexibilidade dos planos e acções, permitindo um continuado ajustamento à mudança. Para tal, continuará a ser privilegiado o envolvimento dos técnicos, das associações, dos agentes políticos e da sociedade nos debates das várias matérias que esta tutela abrange, procurando-se obter o maior consenso sempre que possível, pois as cidades devem ser feitas e pensadas por e para todos os que a habitam.

ANEXOS

TABELA I – ESTUDOS EM CURSO

DSSOPT	1.	Comporta na Zona do Porto Interior – Obras de sondagem e estudo específico
	2.	Avaliação de impacto ambiental da construção do sistema de ligação pedonal na Guia
	3.	Construção do túnel submerso nas laterais da Ponte Nobre de Carvalho
	4.	Elaboração do Plano Director de Macau
GDI	5.	Viabilidade de Habitação Pública na Avenida Wai Long
GIT	6.	Linha da Ilha de Hengqin do Metro Ligeiro de Macau
DSAT	7.	Qualidade do serviço de Táxis
	8.	Tecnologia de Monitorização Integrada e de Recolha de Dados nos Cruzamentos
	9.	Optimização dos cruzamentos com semáforos no Bairro da Areia Preta e Iao Hon
	10.	Aumento do número de cruzamentos equipados com o sistema de ajustamento automático da duração das sinalizações, no âmbito do sistema de controlo centralizado
DSPA	11.	Inquérito sobre a Qualidade dos Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos da RAEM (2016-2019)
	12.	Inquérito e normas de gestão sobre o sistema ecológico de Macau
	13.	Fiscalização dos POPs de Macau e implementação da “Convenção de Minamata sobre Mercúrio”
	14.	Proposta de fiscalização de qualidade de água na área marítima de Macau
	15.	Regime de cobrança de taxa sobre resíduos urbanos
	16.	Ponto experimental para equipamentos de tratamento de fumos oleosos

	17.	Avaliação e revisão da Prevenção e controlo do ruído ambiental
	18.	Revisão das normas de emissão de gases de escape de veículos e avaliação de eficácia das medidas para controlo de emissão de gases de escape poluentes dos veículos
	19.	Elaboração de instruções para a resposta aos impactos ambientais emergentes
DSAMA	20.	Observação da ondulação das áreas marítimas sob jurisdição da RAEM e análise dos respectivos dados
	21.	Padronização de normas técnicas relacionadas com água potável e água reciclada
CTT	22.	Projecto-Piloto de Reconhecimento Mútuo de Certificação Electrónica entre a RAEM e a Província de Guangdong
	23.	Auditoria de segurança e ensaio de pressão de carga do sistema de banda larga sem fios - WiFi GO
	24.	Segurança da radiação radioelétrica em Macau
	25.	Principais indicadores referentes ao desempenho das redes de telecomunicações
AACM	26.	Viabilidade da liberalização do transporte aéreo de Macau
	27.	Impacto das obras de aterro no aeroporto sobre a ecologia das águas adjacentes e a prevenção de inundações
GDSE	28.	Situação da Eficiência Energética na RAEM de 2017

TABELA II – PROJECTOS EM CURSO (CUJAS OBRAS SE ESTIMAM EM MAIS DE 100 MILHÕES DE PATACAS)

DSSOPT	1.	Centro de veículos apreendidos da PSP no Cotai
	2.	Edifício do Departamento Policial das Ilhas do Lote BT29b, Taipa
	3.	Edifício Policial de Coloane e Complexo de Instrução da Unidade Especial de Polícia
	4.	Escola de Polícia e Estádio
	5.	Escola de Bombeiros
	6.	Comando do Corpo de Bombeiros e Posto Operacional de Coloane
	7.	Novo Estabelecimento Prisional de Macau (Fase III)
	8.	Acessos Pedonais e Instalações de Lazer junto do Reservatório de Seac Pai Van
	9.	Superestrutura do Edifício do Ministério Público
GDI	10.	Edifício da Administração no Lote 6K da ZAPE
	11.	Sistema de Monitorização Digital da Cidade (Fase IV)
	12.	Novo Edifício dos Serviços de Alfândega da Taipa
	13.	Novo Edifício do CPSP e da UTIP na Zona E1 dos Novos Aterros
	14.	Habitação Pública na Avenida de Venceslau de Moraes
	15.	Arruamento Principal do Eixo Central da Zona A dos Novos Aterros
	16.	Construção do Aterro e do Dique da Zona C dos Novos Aterros
	17.	Construção do Dique da Zona D dos Novos Aterros
	18.	Reordenamento do Terminal Subterrâneo das Portas do Cerco
	19.	Túnel de Ká Hó - Coloane - Traçado da Ligação Norte
	20.	Concepção Preliminar das Obras da Quarta Ligação Macau – Taipa
GIT	21.	Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro
DSPA	22.	Concepção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Ilha Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau
	23.	Obras no aterro de cinzas volantes

24.	Concepção preliminar das obras de aperfeiçoamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau
25.	Obras de recuperação no aterro de cinzas volantes
26.	Concepção preliminar das obras de expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau (Fase III)
27.	Construção do dique a sul dos aterros para resíduos de materiais de construção e melhoria das características geotécnicas

TABELA III – OBRAS EM CURSO COM VALOR SUPERIOR A 100 MILHÕES DE PATACAS

DSSOPT	1.	Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial Entre a China e os Países de Língua Portuguesa
	2.	Nova Sede do Pelotão Cinotécnico da UTIP
	3.	Novo Estabelecimento Prisional de Macau (Fase II)
	4.	Lar de Idosos e do Hospital de Convalescença em Ká Hó
	5.	Complexo Municipal de Serviços Comunitários da Rua da Praia do Manduco
	6.	Edifício da DSAMA
	7.	Arruamentos e Redes de Drenagem Junto da Estrada Flor de Lótus, Cotai
	8.	Arruamentos e Redes de Drenagem da Zona E2 dos Novos Aterros
	9.	Concepção e Execução das Obras de Melhoramento do Emissário de Águas Residuais das Zonas ZAPE e NAPE
	10.	Fundações do Edifício do Ministério Público
GDI	11.	Concepção e Execução das Obras do Edifício Multifuncional do Governo em Pac On
	12.	Sistema de Vigilância Digital (Fase IV)
	13.	Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Instituto de Enfermagem
	14.	Centro de Formação e Estágio de Atletas
	15.	Habitação Social de Tamagnini Barbosa
	16.	Habitação Social de Mong Há (Fase II) e Reconstrução do Pavilhão Desportivo de Mong Há
	17.	Construção do Aterro e do Dique da Zona C dos Novos Aterros
	18.	Túnel de Ká Hó
	19.	Túnel de Ká Hó - Traçado da Ligação Norte
	20.	Instalações Complementares do Terminal Marítimo da Taipa

	21.	Viaduto elevado entre o Pac On e a Zona E2
	22.	Viaduto elevado da Rotunda da Piscina Olímpica
	23.	Novo acesso fronteiriço Guangdong-Macau (posto fronteiriço de Qingmao)
	24.	Reordenamento do Canal dos Patos
	25.	Reordenamento do Terminal Subterrâneo das Portas do Cerco
GIT	26.	Segmento do Centro da Taipa do Metro Ligeiro
	27.	Segmento do Cotai do Metro Ligeiro
	28.	Segmento do Posto Fronteiriço da Taipa do Metro Ligeiro
	29.	Superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro
	30.	Estação de Metro Ligeiro da Barra
	31.	Centro Intermodal de Transportes da Barra
DSPA	32.	Concepção e Construção da Linha de Produção da Instalação de Triagem de Materiais Inertes Resultantes de Demolições e Construções
	33.	Concepção e construção das instalações de pré-tratamento de veículos abatidos
DSAMA	34.	Instalação da quarta conduta de abastecimento de água a Macau

